



A criação da criança

**Brincar, gozo e fala
entre a mãe e o bebê**





coleção de calças curtas 7

ISBN 978-85458-28-7





A criação da criança

**Brincar, gozo e fala
entre a mãe e o bebê**

Julieta Jerusalinsky



ágalma

© da autora, 2011
© *Ágalma*, 2011
Projeto gráfico da capa e primeiras páginas
Homem de Melo & Troia Design

Editor

Marcus do Rio Teixeira

Direção desta coleção

Daniele de Brito Wanderley

Com a colaboração de

Marie-Christine Laznik

Revisão

Daniel Bramatti

Depósito legal

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados

ágalma

Ágalma Psicanálise Editora Ltda

Av. Anita Garibaldi, 1815

Centro Médico Empresarial, Bloco B, sala 401

40170-130 Salvador-Bahia, Brasil Telefax: (71) 3245-7883 Tel: (71) 3332-8776

e-mail: agalma@agalma.com.br Site: www.agalma.com.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J54c

Jerusalinsky, Julieta, 1971-

A criação da criança : brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê / Julieta
Jerusalinsky. - Salvador, BA : Ágalma, 2011.

298p. : 21 cm. (De calças curtas ; 9)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-85458-28-7

1. Psicologia da primeira infância. 2. Lactentes - Cuidado e tratamento.
3. Mãe e lactente. 4. Psicanálise infantil. I. Título. II. Série.

11-4303.

CDD: 618.928917

CDU: 159.964.2-053.2

13.07.11 19.07.11



028044



A Zulema e Alfredo, por uma transmissão com lugar à invenção.
A Ignacio e Sofia, tão esperados, tão surpreendentes.







Sumário

Prefacio, 9

INTRODUÇÃO – Desenlaces do laço Mãe-bebê, 13

LEITURA DE BEBÊS – A intervenção clínica com o dado a ver, 33

PROSÓDIA E ATO DE ENUNCIÇÃO NA CLÍNICA COM BEBÊS – Sobre a voz e a letra nos primórdios do psiquismo, 67

O BEBÊ E A LETRA – Inscrições constituintes nos primórdios do psiquismo, 85

MATERNIDADE E GOZO FÁLICO, 151

A MATERNIDADE ALÉM DO GOZO FÁLICO – Sobre o gozo Outro e seus efeitos constituintes no laço mãe-bebê, 165

REFERÊNCIAS, 271







PREFÁCIO

O livro que o leitor tem em mãos e está prestes a ler resulta de tese de doutorado cuja pesquisa foi realizada no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Durante quatro anos, Julieta Jerusalinsky trabalhou com afinco e competência e, diversas vezes, expôs suas idéias para nós, os colegas pesquisadores do Laboratório. Dispôs-se, também, a escutar os comentários que fazíamos a seu trabalho. A pesquisa foi, assim, se tornando mais precisa e complexa.

Ela aborda a produção das inscrições constituintes do psiquismo no laço mãe-bebê sob o marco acadêmico de pesquisa em Psicopatologia Fundamental e teórico-clínico da psicanálise. Considera que a inscrição da letra – conceito utilizado por Jacques Lacan para situar as inscrições psíquicas – depende da implicação materna na economia de gozo do bebê. Sua transmissão não ocorre pela via direta de um código, mas por uma sucessão de efeitos enigmáticos no laço com a mãe, enquanto Outro encarnado, diante dos quais o sujeito precisará advir, no litoral entre gozo e saber, corpo e linguagem.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

A partir do dado a ver no corpo do bebê, a mãe formula a suposição de um saber do qual este seria tributário: saber sobre o desejo materno que, à própria mãe, resulta enigmático, mas em relação ao qual o bebê fica implicado. Assim, o dado a ver no corpo do bebê assume o caráter de formação do inconsciente. O psiquismo materno opera aí como um aparelho psíquico inicialmente protético para o funcionamento corporal do bebê, que passa a ter sua economia de gozo atrelada ao saber materno. Os primórdios da constituição psíquica, portanto, deixam em relevo a não correspondência entre corpo e sujeito.

A mãe realiza em seus cuidados o “bordado” da letra ao corpo do bebê, ao ocupar-se de sua economia de gozo, ao afetar-se pelo que o afeta. Assim, parasita o funcionamento corporal do bebê com uma estrutura “linguagreira” pela qual este, inadvertidamente, se engaja no laço com o Outro – a partir daí imprescindível em seu circuito de satisfação. Por isso o bebê também é afetado pela prosódia e alíngua pelas quais comparece o gozo materno no ato da enunciação.

Quando o bebê se engaja “gozozamente” nos jogos constituintes do sujeito, a mãe passa a atribuir-lhe a autoria, o saber, sobre esse brincar, transitando permanentemente com ele pelas posições de objeto e sujeito. Ela o supõe sujeito que sabe do brincar; ao mesmo tempo, quando o faz objeto de gozo, goza identificando-se transitivamente ao gozo da passividade do bebê.

Portanto, o gozo implicado no laço mãe-bebê não está reduzido nem à angústia da insuficiência nem à medida da potência fálica. Tampouco ao gozo masoquista da *mater* dolorosa. Por meio de um gozo situado para além do fálico, pode-se produzir uma criação: a criação da criança aponta a dimensão transativista dos primórdios do laço mãe-bebê. Se a maternidade pode dar lugar a um ato criativo para uma mulher, por sua vez, a criança tem aí uma brecha para vir a ser criadora no brincar. A relação mãe-bebê não se limita nem ao gozo fálico nem à busca da complementaridade com o gozo do Outro, mas pode dar acesso a



PREFÁCIO

um gozo Outro, a uma criação suplementar, que, mesmo se servindo da função paterna, não se detém no complexo de Édipo.

Diante do pathos que o bebê em sofrimento dá a ver em seu corpo, o clínico intervém, não por uma observação, mas por uma leitura que possibilita uma decifração. Operando a partir da cifra, da letra que insiste na repetição sintomática, abre lugar para criações suplementares.

A elaboração deste argumento revela não só a competência científica de Julieta, mas, principalmente, sua capacidade clínica. Lendo este livro, o leitor irá se encontrar com uma grande psicanalista e sua clínica com bebês e irá se beneficiar do excelente trabalho realizado.

Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck
Diretor
Laboratório de Psicopatologia Fundamental





INTRODUÇÃO

Desenlaces do laço Mãe-bebê

A clínica com a primeira infância deixa em relevo como os elevados ideais de nossa cultura acerca da relação mãe-bebê – situada, desde o senso comum, como fonte de um amor puro, desinteressado, natural, no qual uma mulher encontraria uma suposta completude – só fazem recrudescer o mal-estar de bebês com dificuldades em sua constituição e seus pais em sofrimento. Muitas mães chegam a atendimento sentindo-se culpadas, horrorizadas, desnaturadas por não amar seus filhos incondicionalmente ou por não deter um saber imanente acerca de como ser mãe desse bebê.

Se bem Freud tenha concluído de sua prática clínica que a relação da mãe com o bebê do sexo masculino em geral comparecia como a situação mais livre de ambivalência que se pode encontrar entre todas as relações humanas¹, a clínica psicanalítica e suas decorrentes teorizações abriram as portas para conceber tal questão e a maternidade de modo geral como uma função não garantida por condições naturais, mas decorrente do estabelecimento de um laço simbólico com o bebê.

¹ As meninas, a princípio, não usufruiriam da mesma condição. Sigmund Freud (1933). *Feminilidade*. Conferência 33. *Novas conferências de introdução à psicanálise*. p. 163; Também na 13ª conferência das conferências introdutórias à psicanálise (1915-1916), p. 147, situa tal relação como sendo de *uma afeição imutável*; faz também referência, de passagem, a esta questão nos textos *Psicologia de grupo* (1921) e *O Mal estar na civilização* (1930).

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

O laço mãe-bebê não é efeito nem do instinto previamente estabelecido como um saber da espécie acerca de ser mãe, nem do que pode ser racionalmente aprendido. Tampouco de um quantum de afeto materno. Este laço, para seu estabelecimento, depende de que os cuidados que a mãe dirige ao bebê estejam permeados por uma série de operações psíquicas que implicam sua economia de gozo e sua transmissão inconsciente de um saber.

Um bebê não vem em qualquer lugar para uma mulher. Para que ela possa tornar-se mãe é preciso, como Freud demonstrou, que inconscientemente o bebê fique situado em uma longa e trabalhosa equação de equivalências simbólicas – pênis-falo-bebê² – a serem tramitadas por uma mulher. Porém, no presente escrito, propomos avançar nesta questão considerando que o gozo fálico situado por tal equação está longe de esgotar o que é relativo ao gozo presente na maternidade.

Apresentamos aqui a proposição de que a maternidade implica, além de um gozo fálico, um gozo Outro, e que esse gozo Outro da mãe é decisivo no tempo das primeiras inscrições constituintes do psiquismo do bebê.

Fomos levados a tal hipótese a partir da práxis clínica exercida nos primórdios da constituição psíquica – tanto com bebês quanto com crianças exiladas da condição de falantes ao estarem acometidas por graves patologias psíquicas e cuja intervenção terapêutica exige, apesar de cronologicamente não serem mais bebês, sustentar as operações primordiais da constituição do psiquismo.

Assim, o laço mãe-bebê nos leva a considerar, por um lado, os desdobramentos psíquicos que, acerca do gozo, a maternidade produz em uma mulher; por outro, as consequências decisivas do gozo materno para as inscrições constituintes do psiquismo do bebê – dado que não há inscrição que se produza se ela não afeta a economia de gozo do sujeito em questão.

Nos primórdios da vida, as inscrições constituintes do psiquismo do bebê se produzem em um contexto determinado pelo

² Sigmund Freud (1924b). A dissolução do complexo de Édipo, p. 223.

INTRODUÇÃO

laço do bebê com o agente que exerce a função materna (seja ou não a mãe biológica). A mãe, por sua condição desejante em relação ao bebê, é quem primeiramente se vê arrastada a encarnar, a *ocupar realmente o lugar do Outro*.³ O Outro implica a estrutura da linguagem anterior e exterior ao sujeito, mas é preciso que um Outro encarnado a porte e a materialize, endereçando um desejo não anônimo ao bebê, para que este possa vir a se constituir como *falasser (parl'être)*⁴ a partir dessa estrutura.

O exercício da função materna implica instaurar um funcionamento corporal subjetivado nos cuidados que realiza na relação com o bebê. A mãe se ocupa da economia de gozo do bebê – do olhar, da voz, da alimentação, da retenção e expulsão de fezes, do ritmo de sono e vigília – estabelecendo um circuito pulsional no bebê que não terá mais como prescindir do Outro para obter satisfação. Para tanto, a mãe, nos cuidados que dirige ao filho, articula a antecipação simbólica (relativa ao desejo que estabelecia para o bebê um lugar suposto antes de seu nascimento) à sustentação do tempo necessário para que a constituição do bebê possa se produzir (fazendo, com seus cuidados, certa suplência diante da imaturidade real do organismo do bebê). Somente a partir da circulação do circuito de desejo e demanda do laço mãe-bebê por estes diferentes registros temporais o bebê poderá vir a apropriar-se imaginariamente de seu corpo, fazendo-o seu e transformando suas vivências em experiências que, algum dia, poderão vir a ser recapituladas por ele como sua própria história.⁵

Assim, o exercício da função materna tem um papel decisivo para a constituição do psiquismo do recém-nascido. O exercício

³ Jacques Lacan (1960b). *Subversión del sujeto y dialéctica del deseo*, p. 785.

⁴ Neologismo cunhado por Jacques Lacan, fundamentalmente a partir do seminário 22, como certa derivação do conceito de sujeito do inconsciente, mas que vem tirar todo e qualquer caráter de uma identidade a esse sujeito, apontando que, em definitivo, o inconsciente, seu aparecimento, não seria nada mais do que alguém que fala. O *falasser* é um animal habitado pelo gozo parasitário da linguagem, gozo fálico e que, desde então, se experimenta de modo disjuncto do seu corpo.

⁵ A articulação dos diferentes registros do tempo pelo circuito de desejo e demanda do Outro encarnado, posta em ato nos cuidados dirigidos ao bebê, foi a questão central desenvolvida no trabalho de mestrado *Temporalidade e clínica com bebês* orientada pelo Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck, PUC-SP, 2003.

dessa função implica uma transmissão pela qual o recém-nascido, para além do gozo do vivo, entra em relação com a alteridade, de forma que a sua satisfação pulsional não ocorre de modo isolado ou individual, mas visa atingir, se endereça ao Outro.

Uma relação não natural

Por sua vez, a função materna não se exerce desde um saber instintivo previamente configurado. O *imprinting* biológico da espécie resulta aí absolutamente insuficiente.⁶ Portanto, situar que nos primórdios da constituição do sujeito não há como prescindir da função da mãe não equivale a supor essa relação como previamente dada. No mesmo sentido que Lacan nos apontou que não há relação sexual,⁷ na medida em que não há um encontro complementar entre homem e mulher, tampouco há uma relação natural entre mãe e bebê. Na falta de tal complementaridade, o que pode vir a se estabelecer aí é um laço. Ou seja, o que não se emparelha (não se complementa) se aparelha⁸ (produz uma formação sintomática substitutiva), e assim também ocorre na relação mãe-bebê.

O laço conjugal só se faz viável na medida em que cada um de seus participantes pode jogar com o seu fantasma, com sua fantasia inconsciente, encontrando por parte do outro jogador certa participação que permita manter em movimento o jogo fantasmático.⁹ Este jogo não é nada fácil, revela as suas faltas e

⁶ Discordamos aqui das teorias do apego que sublinham esta condição biológica no fundamento da relação mãe-bebê.

⁷ Jacques Lacan. *Los seminarios de Jacques Lacan. Seminario 16. De un otro al Otro*, clase 14, 12 de março de 1969b, edición electrónica establecida para circulación interna de la Escuela Freudiana de Buenos Aires.

⁸ Jacques Lacan (1969-1970). *O seminário. Livro 17. O avesso da psicanálise*, p.48

⁹ Contardo Calligaris, a este respeito, propõe uma analogia entre o laço conjugal com o que pareceria, visto de cima, um casal jogando de tênis. Pareceria que os parceiros jogam juntos, quando, de fato, haveria, entre cada lado da quadra, um paredão, estando cada um dos participantes fazendo seu próprio treino, assim como, cada um do casal, contando com a participação do parceiro implicado nesse semblante de um jogo a dois, faria seu próprio jogo fantasmático. Contardo Calligaris (1991). *O grande casamenteiro*, p.13.

INTRODUÇÃO

é por isso que o laço conjugal comporta a produção de sintomas. Tais sintomas se estabelecem como respostas diante da impossibilidade de complementaridade automática entre homem e mulher. Pois, ainda que haja atos sexuais, não há acasalamento simbólico, não há encontro com o que complementaria definitivamente a falta – como se diz popularmente, com “a outra metade da laranja”.

No segundo caso, o da mãe com o bebê, tampouco estão dadas – natural ou simbolicamente – as garantias de que venha a se constituir um laço mãe-filho a partir do encontro de uma mulher com o corpo real do neonato recém-parido.

Uma relação não-simétrica

Diferentemente do que em um casal, no caso da relação mãe-bebê, para o estabelecimento de um jogo, não há dois jogadores psiquicamente constituídos. Conta-se, por um lado, com o cenário fantasmático dessa mulher que pode acolher ou descartar inconscientemente o recém-nascido como seu bebê. E, por outro, conta-se com as aptidões do bebê ao nascer, que podem favorecer ou fazer grave obstáculo a este jogo:

– o conjunto de características constitucionais relativas ao seu aparato neuro-anatômico, entre as quais podemos destacar o conjunto de reflexos arcaicos (que regem a atividade inicial do recém-nascido) e que lhe impõe uma série de aptidões funcionais regidas desde um sistema sub-cortical e, portanto não voluntário, mas que servem de base neuro-funcional para o engaste da função materna na relação com o bebê.¹⁰

¹⁰Engaste é a tradução do termo *engarce* originalmente utilizado em espanhol. Seu significado é o mesmo: parte da jóia em que se fixa a pedra e que faz o seu suporte, podendo significar também por derivação, inserção e intercalação. Jerusalinsky, A. Coriat, L. (1982). Aspectos constitucionales del bebé y su influencia en la relación madre-hijo. *Cuadernos del desarrollo infantil*, n.1, Buenos Aires, Centro Dra. Lydia Coriat, p. 11-21.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

– a extrema plasticidade neuronal¹¹, que faz o bebê ser, desde o aspecto orgânico, para formação mesma de seu cérebro, radicalmente receptivo e dependente do “alimento funcional” que advém das experiências de vida atravessadas pela significação que as mesmas assumem na relação com a mãe.

– a extrema *permeabilidade a inscrições significantes*¹², que, de modo análogo à plasticidade neuronal para a formação do cérebro, apontam a necessidade da transmissão de um saber na relação com o Outro para a produção de sua constituição psíquica.

Se a mãe supõe simbolicamente o bebê como jogador desse cenário, toma tais características constitucionais para, a partir delas, produzir o *engaste da função materna*. Ou seja, ela acolhe os aspectos constitucionais do bebê, fazendo desse real orgânico a suposta produção de um sujeito, articulando o gozo do vivo a uma estrutura linguageira. Daí que diante do choro reflexo a mãe atribua ao bebê a autoria de um chamado, de um apelo.

Isto já evidencia o quanto o estabelecimento do laço mãe-bebê parte de condições absolutamente assimétricas de seus participantes, não só relativas ao real do corpo – que colocam em relevo a dependência orgânica do bebê –, mas fundamentalmente em termos da radical dependência do bebê para saber o que lhe convém. O estabelecimento de tal saber está sujeito ao modo pelo qual as experiências de vida são sustentadas no laço com a mãe, dando lugar às inscrições primordiais do aparelho psíquico do bebê. Nesse sentido, o bebê, nos primórdios da constituição de seu psiquismo, é tomado em um cenário fantasmático em que é suposto antecipadamente como jogador, sem ainda sê-lo de fato. E é somente ao ser suposto antecipadamente em um determinado lugar pelo Outro encarnado que ocorrerão as primeiras inscrições a partir das quais ele, depois, poderá vir a produzir suas respostas ao Outro. Comparece aí uma passividade própria dos primórdios da constituição do psiquismo, já apontada por Freud.

¹¹ Kandel, E.R. (1997). Fertile Minds, *Time*, 30 de fevereiro de 1997, artigo de Madeleine Nash.

¹² Alfredo Jerusalinsky (1988). *Psicanálise e desenvolvimento infantil*, p. 47.

Uma relação não dual

Se, em primeiro lugar, apontamos que a relação mãe-bebê não é natural; em segundo, que é profundamente assimétrica; em terceiro lugar fica evidente que tal relação está longe de ser dual, de se situar como uma díade. Ela está permeada por um complexo trabalho psíquico de estabelecer um laço em um contexto que está atravessado por todas as consequências de não haver complementaridade com o objeto da satisfação, de não haver relação sexual. Portanto, a maternidade não é nem da ordem do sabido naturalmente por instinto, nem do que pode ser instruído por meio da erudição, tampouco do que é imanente de um senso comum espontâneo. É uma experiência que convoca o saber inconsciente e que, assim sendo, depende de uma transmissão e também de uma criação singular que implica subjetivamente cada mulher no exercício da maternidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que a maternidade implica uma repetição inconsciente entre gerações, também diz singularmente da invenção que pode ter lugar para uma mulher a partir da experiência de maternidade.

Se o bebê que nasce é fruto real de um ato sexual, ele chega em um cenário imaginário e em um contexto simbólico que é efeito da tramitação da sexualidade por parte da mãe, de sua história libidinal, de sua resolução edípica. Portanto, não há verdadeiramente agente da função materna sem referência ao nome-do-pai. *Só assim o filho é objeto de desejo e só assim, então, a mãe inscreve (escreve?) no corpo dele as marcas do simbólico.*¹³

É central para a constituição do bebê a forma pela qual a resolução edípica de uma mulher-mãe se atualiza no laço conjugal e na experiência de maternidade, colocando em cena seu saldo subjetivo diante da função paterna. Sabemos também que está longe de ser indiferente, para o laço mãe-bebê, o lugar ocupado pelo pai do bebê. Tem efeitos contundentes o modo pelo qual o pai sustenta o laço com sua mulher e o restabelece a partir do

¹³ Alfredo Jerusalinsky. *Psicanálise do autismo*, p. 32.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

nascimento do filho,¹⁴ assim como sua implicação direta nos cuidados dirigidos ao bebê. Afinal o exercício da função materna não prescinde da rede familiar e social para dar lugar ao recém-nascido.

No entanto, a função paterna inscrita na mãe, sua fantasia inconsciente e sua resposta sintomática diante da falta e da diferença sexual, tem um papel decisivo no modo como o bebê é recebido, alocado simbólica e imaginariamente. Consequentemente, o primeiro pai que conta decisivamente na vida de um bebê é aquele inscrito, pela função paterna, na mãe.

Desde os primórdios da psicanálise Freud advertiu que a primeira identificação do bebê é ao pai¹⁵ enquanto origem do ideal-do-eu – situando na prática psicanalítica as conseqüências teóricas de se ater à lógica decorrente da fala dos pacientes em lugar de guiar-se por observáveis psicológicas que costumam reduzir a relação mãe-bebê a um dualismo. Ainda que no texto freudiano isso assuma um caráter um tanto enigmático, após o ensino de Lacan podemos considerar o quanto não se trata aí do ser de carne e osso, mas das coordenadas que, desde o discurso materno, apontam com o seu desejo para um terceiro e, portanto, para o pai enquanto função simbólica.¹⁶

Isto evidencia que a função paterna não se apoia em tradicionalismos sociais, operando em uma grande diversidade de configurações familiares, na medida em que a posição desejante da mãe já, de início, situa a relação mãe-bebê fora de uma mítica relação a dois.

Neste sentido, cabe considerar como a modificação da inserção social das mulheres vem produzindo uma diversificação

¹⁴Por exemplo, identificando-se ao bebê ou rivalizando com este, considerando sua mulher, a partir de então, apenas como mãe ou convocando-a novamente para o lugar de mulher.

¹⁵Sigmund Freud (1921) *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921). p. 133; *O ego e o id* (1923). P. 45.

¹⁶Jacques Lacan (1969-1970). *O seminário, livro 17. O avesso da psicanálise*, p.82.

INTRODUÇÃO

em seus modos de acesso à realização fálica, fazendo da maternidade uma escolha possível entre tantas outras. Mas a promessa “um dia poderás ter um bebê” ainda comparece para a menina diante da diferença anatômica entre os sexos e, posteriormente, pode ser retomada como um dos caminhos a percorrer – ainda que o gozo fálico possa articular-se em relação a diferentes objetos apontados como causa do desejo, encontrando no trabalho remunerado um possível ideal de realização.

O gozo fálico e o gozo Outro da mãe na relação com o bebê

Se em torno do bebê mantém-se a fantasia de que seja resposta para uma falta, trazendo uma suposta completude, de que este venha a arrolhar a falta da mãe,¹⁷ a clínica nos revela como a maternidade, longe de ser um ponto de chegada na questão do que é ser uma mulher, relança tal interrogação. A maternidade, ainda que possa propiciar uma rearticulação simbólica em torno da nova experiência, também re-edita a divisão das mulheres em diferentes modos de gozo. Relança, portanto, a questão do que é ser uma mulher e, sobretudo, o que é possível fazer, na maternidade, a partir da questão incessante produzida por esse inominado da feminilidade.

Consideramos, neste escrito, que maternidade e feminilidade não se situam necessariamente em posições opostas, como se a primeira correspondesse apenas a um gozo fálico e como se somente a segunda fosse tributária de um gozo Outro – como tantas vezes se esquematiza de modo reducionista após o ensino de Lacan. Propomos que o gozo materno não estaria necessariamente resumido ao fálico.

Movidos por esta questão despertada pela clínica, fomos em busca de substratos teóricos que permitissem avançar nesta proposição. Encontramos nada menos que a afirmação de Lacan de que é preciso interrogar se a mediação fálica esgotaria tudo o

¹⁷Ver, a este respeito, Jacques Lacan (1972-1973a). *O seminário. Livro 20. Mais ainda*, p. 49.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

que é relativo à maternidade ou se isso seria um ponto de desconhecimento e preconceito.¹⁸

Assim, ao mesmo tempo em que a experiência da maternidade pode re-articular significações acerca do que é ser mulher, necessariamente relança a questão de quais serão suas saídas.

Freud aponta três caminhos possíveis para uma menina diante da angústia de castração:¹⁹ um caminho seria o do abandono da atividade fálica, não só em sua vida sexual, mas também em outros campos, levando a um extremo empobrecimento psíquico, a uma revulsão geral dos investimentos na sexualidade e aos investimentos fálicos em todos os campos; o segundo seria o de aferrar-se à masculinização como portadora do falo; o terceiro seria o da feminilidade – no qual, ao deslizar entre os termos da equação simbólica pênis-falo-bebê, a menina espera receber um bebê de um homem portador do falo (inicialmente e, de modo inconsciente, do pai). É então que a menina retoma a voz passiva de seu desejo, almejando ser desejada por um homem situado por ela como portador do falo.

Se os caminhos possíveis para a menina eram três, quais serão as saídas de mãe? Consideramos que os caminhos possíveis para uma mãe no laço com o bebê retomam os três caminhos percorridos pela menina, diante da castração, situados por Freud.

Assim, se Freud situa o desejo de receber um bebê de um homem suposto como portador do falo e, portanto, o desejo da maternidade como condição para a feminilidade, propomos considerar tal proposição em um sentido inverso: o exercício da maternidade implica uma retomada da saída, do percurso que cada mulher percorreu em relação ao seu falicismo e à sua feminilidade, enquanto exceção ao gozo fálico.

¹⁸Jacques Lacan (1960a). Ideas directivas para un congreso sobre sexualidad femenina, p. 709.

¹⁹Sigmund Freud (1931). Sexualidade feminina, p. 264.

INTRODUÇÃO

Cotidianamente testemunhamos na clínica desenlaces que oscilam da exaltação da realização fálica na maternidade à angústia pela sua insuficiência. Nesta oscilação retorna a equivalência pênis-falo-bebê. Seja pela via positiva (sim bebê fálico = sim pênis) ou negativa (não bebê fálico = não pênis), coloca-se em cena a realização ou insuficiência do falicismo materno.²⁰

Mas pode ser elaborado aí outro caminho possível da maternidade, indo além do cenário fálico. Ele implica a incidência de um gozo Outro na maternidade. Este caminho já não consiste mais em uma busca pela complementaridade com o bebê, ele abre uma possibilidade de criação pela qual, diante da falta, é possível criar de modo suplementar. Este é um desenlace possível, do lado materno, ao situar a maternidade para além do gozo fálico.

A maternidade assim pode ser exercida não só desde um gozo fálico, mas de uma exceção criadora através da qual uma mãe pode ter acesso a um ganho de gozo que não passa pelo falicismo. Neste ponto retomamos as proposições de Lacan desde um viés que não opõe gozo feminino e gozo materno como estando reduzido ao falicismo.

Sobre as inscrições constituintes do bebê

Mas quais as consequências do gozo materno na constituição do bebê? De que modo tal gozo está implicado na produção das suas inscrições psíquicas?

Há uma estrutura simbólica que antecede o nascimento do bebê, mas isso não equivale a dizer que sua estrutura psíquica já estaria decidida, pois será preciso uma diacronia, será preciso uma passagem de tempo, para que se produzam efeitos de inscrição no bebê e para que, a partir de tais inscrições nele operadas, ele possa começar a produzir ativamente as suas singulares respostas subjetivas. Este é o tempo que chamamos de infância, tempo que

²⁰Como será desenvolvido no capítulo “A maternidade além do gozo fálico”, este é um desdobramento em relação à maternidade elaborado a partir das proposições de Gerard Pommier (1985). *A exceção feminina*.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

se caracteriza não só pela maturação – enquanto completamento das estruturas anátomo-fisiológicas – e pelo desenvolvimento – como crescente complexização das aquisições de psicomotricidade, linguagem e construção do pensamento lógico-cognitivo –, mas, pelo fato de encontrarmos um sujeito psíquico em plena constituição,²¹ já que, diferentemente de um adulto, seus modos de gozo não se encontram fixados pelo exercício de um fantasma (de uma fantasia inconsciente fundamental).

Isto implica considerar que, em termos psíquicos, uma criança não equivale a um adulto. O adulto, longe de ser considerado como um ser completo ou pleno de aptidões (como poderia situar-se desde uma concepção desenvolvimentista), é aqui entendido como aquele que já tem inscrito e fixado seu fantasma, padecendo dos efeitos do infantil – ou seja, das inscrições primordiais já efetuadas que implicam, em termos freudianos, fixações da história libidinal, atualizando-se, uma e outra vez, por meio do que é repetido em seus sintomas sem poder ser recordado. Temos aí o funcionamento temporal instaurado no psiquismo que, por meio dos atos falhos, sintomas, sonhos, lapsos, faz comparecer as inscrições mais primordiais no mais atual.

O bebê e a criança, por sua vez, padecem de encontrar-se na infância: tempo do polimorfismo de suas vicissitudes pulsionais e, portanto, de uma *estrutura psíquica não decidida*²², sendo a infância um momento que se caracteriza pela extrema permeabilidade a inscrições significantes.

Como aponta Freud, ainda que o aparelho psíquico se encontre, ao longo da vida, aberto a sucessivas inscrições e reinscrições, *temos bons motivos para acreditar que não há período em que a capacidade de receber e reproduzir impressões seja maior do que precisamente durante os anos da infância*.²³

²¹Partilhamos aqui as concepções clínico-teóricas do Centro Lydia Coriat.

²²Alfredo Jerusalinsky. Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem. In: *Psicose – Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 9. Porto Alegre: Artes e Ofícios, novembro de 1993, p. 72.

²³Sigmund Freud (1905a). Três ensaios sobre a sexualidade, p. 179.

INTRODUÇÃO

Conceber o tempo como uma importante variável a ser considerada no que diz respeito às inscrições psíquicas, não é a mesma coisa que achatar a diferença entre adulto e criança a uma concepção desenvolvimentista. A constituição do sujeito exige a inscrição de diferentes momentos lógicos que não estão garantidos pela passagem do tempo, por uma simples cronologia. No entanto, continua sendo necessária uma diacronia para que se precipitem os efeitos de inscrição que constituirão o sujeito psíquico. É preciso o transcurso de um tempo para que as inscrições que nele se precipitaram possam ser por ele postas à prova por meio de uma experiência que o implique subjetivamente.

Isto coloca em pauta a questão de como se operam tais inscrições psíquicas primordiais no cerne da relação mãe-bebê: uma vez que o bebê não tem instintivamente um saber acerca do que lhe convém, torna-se decisivo para a constituição desse saber de que forma aquilo de que ele padece em seu corpo poderá vir a ser representado. Para que esta passagem ocorra é absolutamente necessário que a mãe se veja afetada pelo que acomete o corpo do bebê. Ao exercer sua função, ela realiza a travessia, franqueia para e com o bebê, a passagem entre o gozo do vivo e a inserção na linguagem. Ela se ocupa, como nos diz Freud, de realizar *as ações específicas*²⁴ que produzem satisfação do bebê, introduzindo para ele a dimensão do Eros, do erotismo.

Por meio desse fino trabalho de bordado da mãe entre corpo e linguagem, ao exercer seus cuidados, instaura-se sorrateiramente no bebê um gozo que, onde se pretende autoerótico, já leva a marca do Outro, já se inscreve como *Outro-erotismo*.²⁵ O funcionamento das funções corporais do bebê, seu prazer e seu desprazer pulsional, o gozo desse corpo, passam a não ter mais como prescindir do Outro encarnado, *o organismo sofre os efeitos de sua desnaturalização desde que a ordem simbólica implantada pela mãe passe a regular sua economia*.²⁶

²⁴Sigmund Freud (1895). Projeto para uma psicologia científica, p. 421-22.

²⁵Charles Melman (1985a). *Questions de clinique psychanalytique*.

²⁶Ângela Vorcaro. Prefácio sobre o tempo, estímulo e estrutura, p. 15.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

Quando o estabelecimento desse laço ocorre, diante daquilo de que o bebê padece em seu corpo, produz-se uma identificação transativista, tal como situado por Bergès e Balbo,²⁷ pela qual a mãe implica sua economia de gozo naquilo que é padecido pelo bebê, afetando-se em seu corpo pelo que afeta o corpo do bebê e evocando a sua representação desse afeto. Na medida em que o bebê, a partir da identificação transativista, fizer sua essa representação “emprestada” pela mãe, aquilo que o afetou ganhará o valor de uma experiência representada – opera-se assim uma inscrição que estabelece a borda e, ao mesmo tempo, a passagem entre o gozo e o saber.

Encontramos aqui a radicalidade com que a não correspondência entre corpo e sujeito comparece na primeira infância. É preciso que o funcionamento corporal do bebê afete a economia de gozo materno para que, a partir de tal percurso pulsional no laço com a mãe, o bebê possa ter acesso a uma representação do que o acomete em seu organismo e, ao deter tal saber, possa constituir esse corpo como o seu.

Ao mesmo tempo, por meio da identificação transativista com o bebê a mãe tem acesso a um gozo. Portanto, ela não exerce sua função de modo abnegado e tampouco masoquista,²⁸ como apontam as formulações que apóiam a maternidade no princípio da *mater dolorosa*.²⁹

Se feminino-passivo-masoquista é uma tríade que, como aponta Freud, frequentemente comparece atrelada na clínica, não consideramos que, em si, o gozo masoquista seja intrínseco à feminilidade e tampouco à maternidade.

²⁷ Como apontam Jean Bergès e Gabriel Balbo (1998). *Jogos de posições da mãe e da criança*.

²⁸ Como será desenvolvido ao longo do trabalho, apesar de considerarmos centrais as proposições de Bergès e Balbo acerca do transativismo, discordamos que o mesmo se opere através de um gozo masoquista. Acerca do gozo masoquista implicado na identificação transativista ver: Jean Bergès e Gabriel Balbo (1998). *Jogos de posições da mãe e da criança*.

²⁹ Helene Deutsch (1929). *O masoquismo “feminino” e sua relação com a frigidez*, p. 12.

INTRODUÇÃO

Propomos que, ao propiciar ao seu bebê uma satisfação que busca poupar-lhe o esforço, a mãe se identifica ao seu gozo da passividade. Assim, ela goza do gozo do seu bebê, furtivamente tem acesso aí a um gozo Outro e, ao mesmo tempo, com isso, ela sorratamente franqueia para o bebê a passagem do gozo do vivo à linguagem. Ao operar *como órgão extra-corpóreo da criança, ela reconhece as urgências vitais e simula a equivalência destas à decisão que toma quanto à significação que teriam.*³⁰

Consideramos que um gozo próprio do feminino, um gozo correlacionado com a passividade, é fundamental para a identificação transativista da mãe com o bebê e para o modo como tal identificação propicia as primeiras inscrições constituintes do psiquismo do bebê. Isto não ocorre só diante da dor em que a mãe diz “ai!” diante do que acomete o corpo do bebê, mas também com o prazer – por exemplo, quando a mãe diz “hum!” com “água na boca” diante da comidinha que oferece ao seu bebê. Ali ela, além da comida, oferece, por meio da identificação transativista, o acesso a um gozo. O bebê pode, então, tornar esse apetite o seu. E do que goza a mãe? De identificar-se ao gozo da passividade que supõe no bebê.

Ao se identificar com o gozo da passividade ela tem acesso a um gozo duplicado, por vezes tanto maior do que teria se efetivamente ela comesse. Nessa economia de gozo a mãe tem acesso a um mais-de-gozar, ou seja, extrai um bônus, um lucro de gozo. Como tantas vezes dizem as mães: “sofrem duas vezes mais” ou “desfrutam duas vezes mais” quando *é com o bebê*, o que já demonstra que não fazem tal exercício de modo abnegado, mas extraindo disso um gozo que não é necessariamente da ordem do falicismo e sim tributário de uma economia que diz respeito a um gozo Outro.

Vemos, portanto, como é necessário que o que se passa no organismo do bebê se constitua como gozo da mãe para que esta

³⁰Ângela Vorcaro. Prefácio sobre o tempo, estímulo e estrutura, p. 13, 2002 a.

possa transmitir-lhe o saber por meio do qual o bebê fará sua representação daquilo que o acomete, fará do padecido nesse organismo real, a experiência representada em um corpo imaginário e simbólico.

É aí que o conceito de letra, proposto por Lacan para denominar as inscrições psíquicas, adquire relevo para a clínica do laço mãe-bebê. O conceito de letra apresenta-se como uma moeda de duas caras, tendo uma voltada para a articulação de um saber e outra para o gozo, uma para a linguagem e outra para os percursos pulsionais, apresentando de modo indissociável duas substâncias de diferentes ordens. Assim, as inscrições psíquicas – consideradas aqui a partir do conceito de letra – são produzidas no litoral entre gozo e saber sustentado inicialmente pela mãe no laço com o bebê. Daí a questão que propomos trabalhar acerca da letra e do gozo na primeira infância.

Neste percurso partimos do capítulo “Leitura de bebês”, no qual apontamos como a letra, enquanto inscrição psíquica, comparece em uma clínica na qual a produção do paciente não se dá a escutar pela associação livre, mas pelo *dado a ver* no corpo do bebê. O olhar do clínico está aí implicado, não em uma observação, mas em uma operação de leitura. Cabe ao clínico, em sua intervenção, alçar esse real à condição de um enigma cifrado da relação do bebê com o Outro, dando lugar a uma operação de leitura clínica. Tal operação de leitura, ao decifrar, não busca um fechamento compreensivo, mas, ao contrário, permitir operar com a cifra em transferência, possibilitando ao bebê uma transformação em relação ao *pathos* que o atinge. Assim, ao ler, algo se reinscreve e o sujeito pode aí *trans-formar-se*, retomando de outro modo, recriando, o que nele é primordial. A intervenção clínica ocorre pela leitura. Ao ler, o clínico opera na borda entre o gozo e a produção de um saber em relação ao qual o sujeito pode vir a se produzir.

No segundo capítulo, “Prosódia e enunciação na clínica com bebês”, apontamos como, na intervenção clínica, aquilo que se dá a ouvir não tem o seu sentido estabelecido apenas pelo que é dito.

INTRODUÇÃO

A diferença entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação estabelece a radical importância não só do que a mãe diz, mas da forma pela qual se dirige ao bebê, operando em sua economia de gozo e fazendo borda às suas funções corporais. Voz e significante, objeto pulsional e linguagem, essas substâncias de diferente ordem compõem no ato da enunciação – na medida em que a mãe, ao falar com o bebê, ao endereçar-lhe palavras, olha-o, modula sua voz, produz uma *alíngua*³¹ que subverte o código da língua e a implica subjetivamente na relação com o bebê. O bebê, por sua vez, se vê afetado pelo comparecimento do gozo materno no ato da enunciação – erotização central para a transmissão da letra, para o modo em que esta se engancha ao corpo parasitando-o com a linguagem.

No terceiro capítulo, “O bebê e a letra”, percorremos algumas das metáforas escriturais do aparelho psíquico propostas por Freud, chegando ao conceito de letra como litoral entre gozo e saber – proposto por Lacan para situar as inscrições psíquicas. Consideramos quais as consequências de tais elaborações para uma clínica que intervém nos primórdios do psiquismo: dado que ao nascer não há um aparelho psíquico constituído, é a mãe quem provisoriamente sustenta, a partir do crivo de seus próprios traços inconscientes, a possibilidade de que o que acomete o organismo do bebê ganhe o estatuto de uma representação. Seu próprio aparelho psíquico funciona aí de modo protético, estabelecendo um funcionamento corporal subjetivado no organismo do bebê, instaurando as inscrições fundadoras desse psiquismo. Assim, a transmissão da letra não ocorre pela via positivada de um código, mas por uma série de efeitos enigmáticos no laço mãe-bebê que implicam as duas caras da letra: uma que se volta ao gozo e outra à articulação significante. Trata-se de um capítulo denso, de mergulho nos fundamentos teóricos que permitem considerar como


³¹Termo forjado por Lacan nos seminários 19 e 20 para apontar a diferença em relação ao lugar que a linguagem tem no estruturalismo e na psicanálise, sendo que ao psicanalista importa o ponto em que a língua se encontra com o gozo. Questão retomada no capítulo “Prosódia e enunciação na clínica com bebês”.

as inscrições constituintes do psiquismo só podem ser consideradas no âmbito da linguagem, porém de uma linguagem que só interessa à constituição psíquica na medida em que ela diz do que afeta, do que tange o gozo, e, portanto, tais inscrições só podem ser consideradas no âmbito do laço mãe-bebê.

O quarto e quinto capítulo, “A maternidade e o gozo fálico” e “A maternidade além do gozo fálico”, abordam os diferentes modos de gozo e seus desdobramentos diante das distintas funções psíquicas e sociais das mulheres, a fim de poder articular como o gozo materno está implicado na constituição psíquica do bebê e de como a função materna permite a extração de um gozo por parte da mãe. Trabalha-se com a tríade passividade-masochismo-feminilidade, estabelecida por Freud, em relação à maternidade, considerando que a maternidade não necessariamente implica um gozo masoquista, tampouco somente fálico. Ela implica um gozo com a passividade, pelo qual a mãe identifica-se transitivamente ao gozo do bebê e pelo qual pode vir a dar lugar no laço com este a atos de criação. Para tanto inicialmente aborda-se o conceito de gozo e a suas diferentes modalidades.

Por fim, no sexto capítulo, “Jogos constituintes do sujeito”, o brincar é situado como fundamental para os primórdios da constituição psíquica. Se o *Fort-Da* é um marco em que a criança produz, por sua conta, o germe inicial do brincar simbólico, os *jogos constituintes do sujeito* são precursores do *Fort-Da* e só podem ser produzidos se sustentados no laço mãe-bebê. Eles implicam *a criação da criança*: frase que, por comportar o equívoco entre criador e criatura, nos permite apresentar o necessário eclipsamento em que se jogam tais jogos constituintes, nos quais tanto a mãe quanto a criança transitam incessantemente pela posição de objeto e sujeito, entre gozo e saber. Dado que é sobre tal princípio que se alicerça esta tese, tal frase lhe dá o título.

Esses jogos são produzidos no laço mãe-bebê e é por meio deles que, desde os primórdios, vai se inscrevendo o litoral entre gozo e saber para o bebê. Portanto, são sintoma estruturante do



INTRODUÇÃO

sujeito na infância, propiciando a passagem pela qual o infante, de ser criado (de ser objeto de um gozo), pode tornar-se autor de uma criação (sujeito de um saber). Se na clínica com adultos comparecem as *formações do inconsciente*, na clínica com bebês, por meio dos jogos constituintes do sujeito – e na clínica com crianças, por meio do brincar –, comparece o próprio *inconsciente em formação*. O brincar pode vir a produzir respostas da criança que não se situem em uma via complementar do gozo do Outro, mas que abram caminho a criações suplementares.

Convidamos o leitor a percorrer estas linhas como uma trilha ao longo da qual a práxis clínica com bebês e crianças interroga a teoria psicanalítica quanto aos primórdios das inscrições psíquicas. A articulação teórica resultante surge da busca de formalizar, de transpor o vivido para o elaborado. Procuramos assim poder partilhar, tornar transmissível esta práxis, prestando e dando conta das consequências clínicas de seus fundamentos.